

Um ano difícil para a saúde

JORGE DARZE*

A crise do sistema público de saúde tem gerado uma enorme preocupação em nossa população. Depois do desemprego, é o problema que mais incomoda. O quadro social, em decorrência das políticas públicas, é grave. Embora a nossa população tenha aumentado e adoecido mais, os orçamentos do Ministério da Saúde foram reduzidos nos últimos anos.

Em 1996, o orçamento já contava com os recursos da CPMF, aprovada somente em 1997, o que causou um rombo da ordem de R\$ 6 bilhões. Esta diferença foi paga com o empréstimo contraído junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A dívida, em 1997, foi paga com os recursos do reduzido orçamento do mesmo ano. A CPMF, criada para ser usada na saúde, foi desviada para substituir receitas do Ministério da Saúde, configurando uma grave distorção dos seus objetivos.

Em 1998 a situação não foi diferente. Para fazer frente à enorme dívida pública, a área econômica aumentou o percentual de cobrança da CPMF, prorrogou por mais tempo a sua vigência, e ainda promoveu o corte de R\$ 1 bilhão no orçamento de 1999, que já era inferior ao do ano passado, colocando em risco projetos fundamentais de assistência à saúde da população.

O funcionamento dos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), os programas de vacina, medicamentos e de combate às ende-

mias, são os mais atingidos por essa perversa redução. Vale lembrar que a distribuição das verbas para os estados preserva a desigualdade histórica entre as diversas regiões do país. Os estados mais pobres vão receber menos quando comparados aos estados mais ricos.

Regiões como o Pará, Amazonas, Bahia, Amapá, Acre, Roraima e Tocantins, entre outros, estão abaixo da ridícula média nacional de R\$ 49,62 de gasto com a saúde por

substancialmente a grave situação do setor.

Enquanto isso, o Congresso Nacional está há vários meses com uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 169), que vincula as verbas para a Saúde, estabelecendo 30% da Seguridade Social e 10% de cada esfera de governo, e até o momento não colocou em pauta para votação.

Não podemos ficar ao sabor de cada governo no tocante ao financiamento da saúde.

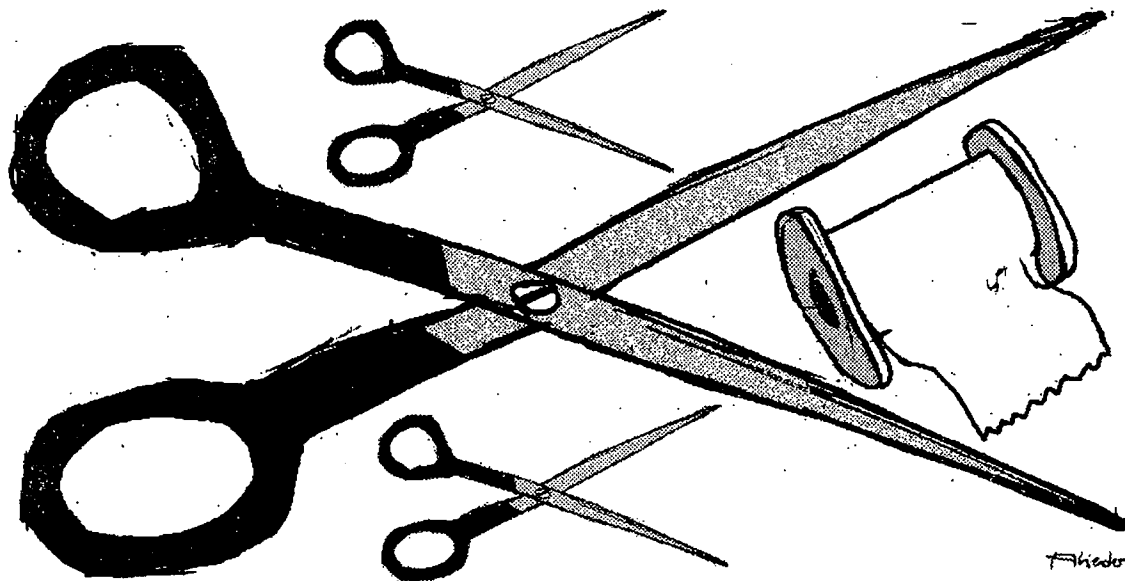
É preciso que o Congresso Nacional dê um ponto final a essa novela. Importantes denúncias surgiram da própria equipe econômica do Ministério da Saúde: o setor só perdeu dinheiro durante o governo de FH e houve desvio das receitas oriundas do Imposto sobre o Lucro e da Cofins, que foram substituídas pela CPMF.

As repercussões não poderiam ser outras. O horizonte para 1999 projeta um futuro sem esperança. As

consequências são um Brasil com crescimento dos casos de Aids; campeão em tuberculose; com risco de epidemias de dengue; falta constante de medicamentos; redução do número de leitos públicos, profissionais de saúde desprestigiados e a acelerada privatização da gestão dos hospitais públicos.

É possível compatibilizar a estabilidade econômica e ao mesmo tempo evitar as mortes desnecessárias, bastando que os governos optem pela defesa do cidadão brasileiro.

*Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro e diretor da Federação Nacional dos Médicos.



habitante/ano. Enquanto isso, estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Brasília estão acima dessa média.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde, o orçamento real da União para 1999 é de R\$ 295 bilhões e o item que mais agride é o referente aos Encargos Financeiros da União (EFU), com R\$ 91,3 bilhões destinados ao pagamento dos juros da crescente dívida pública. O EFU representa 30,95% do orçamento real e corresponde a quase cinco vezes a dotação do Ministério da Saúde, o que daria – fosse realidade – para modificar